



JOÃO CARLOS PIRES

A presença de funcionários e professores nas assembléias foi decisiva para o sucesso do movimento

A luta dos professores e dos funcionários

Terminou no dia 7/4 a mobilização dos trabalhadores da PUC por melhores salários. O movimento obteve ganhos políticos e econômicos significativos, provando – mais uma vez – a disposição de luta dos funcionários e dos professores desta universidade. Durante quase dois meses, assembléias lotaram os

auditórios da universidade, e a voz dos trabalhadores da PUC fez-se ouvir em passeatas e atos públicos. Neste número especial do *PUCviva*, trazemos um balanço deste início de ano que mexeu com a vida da universidade, provando que ela está viva, como sempre esteve nestes anos de luta contínua.

O acordo fechado com os professores

4% em março
3,85% em julho
7,8% em setembro

O acordo fechado com os funcionários

Salários até R\$ 1.605
ICV-Dieese integral (16,42%), a partir de março
Salários entre R\$ 1.605 e 3.000
8% em março - 7,8% em setembro
Salários acima de R\$ 3.000
4% em março - 3,85% em julho - 7,8% em setembro

2003
CAMPAÑA
SALARIAL

As lições que ficaram da mobilização dos funcionários

Ficou a certeza de que só a mobilização consciente dos funcionários consegue modificar as nossas condições econômicas e de trabalho. Durante quase dois meses, a voz desses trabalhadores se fez ouvir pela universidade, chegando ao limite na decretação da greve, recurso final do trabalhador, instrumento que nunca se usa por puro prazer, mas principalmente por falta de saídas. Mesmo nos momentos em que a direção da universidade ou as chefias procuravam induzir o funcionário a uma outra postura frente ao movimento, ele mostrou sua consciência de classe, fazendo valer sua força nas assembléias.

Ficou o sabor da vitória econômica, em que mais de 70% da categoria conseguiu a reivindicação inicial do movimento: o ICV-Dieese pleno a partir de março. Os demais terão o seu salário recomposto parceladamente por um índice que historicamente vem sendo usado na universidade e que, no início das negociações, esteve ameaçado.

Ficou a dúvida: até que ponto a democracia universitária estaria ameaçada em nossa universidade? Poucas vezes na história desta instituição um movimento grevista sofreu o tipo de cerceamento que sofreu esta nossa greve. Ameaças de chefias, censura à imprensa externa, listas de faltosos, inscrições dos estudantes apagadas dos muros, divulgação de planilhas descontextualizadas, desinformação, invasão do câmpus e pressões em Sorocaba.

Até que ponto esta negociação não marcou o fim de um modelo de gestão universitária? Nas mesas de negociação, quando se colocava que a prioridade era o pagamento de salários e, em segundo plano, a sua recomposição, ficava a impressão de que, mais uma vez, iríamos pagar o pato, que

nossos salários serviriam para financiar este novo modelo de gestão.

E, mesmo assim, ficou a certeza de que o funcionário, nos quatro câmpus da universidade, está atento para toda e qualquer ameaça às suas conquistas políticas tão arduamente conseguidas. Não foi por acaso que o movimento terminou com um abraço à PUC, pedindo paz e democracia para esta universidade. Não foi por acaso que aconteceu o enterro simbólico desta mesma democracia, numa das manifestações mais politizadas que aconteceram nesta universidade.

Mas nem tudo foi alegria: ficou o cansaço de horas mal dormidas, de trabalhadores que dedicaram à universidade muito mais tempo do que normalmente estão acostumados. Cansaço que recompensa e reconforta, porque é fruto da vontade de vencer que sempre impregnou o dia-a-dia destes trabalhadores.

Ficou, finalmente, a solidariedade dos estudantes e dos professores, numa greve que, além de tudo, teve de manter o seu nível de civilidade, respeitando aqueles que, por decisão de suas assembléias, não aderiram à paralisação. Procurou-se, na medida do possível, fazer uma greve respeitosa e, até onde puderam nossas forças, silenciosa. E os estudantes, principalmente aqueles que entendem que a nossa luta é a luta de toda a universidade, e não de um setor isolado, souberam compreender nossos anseios.

Deles ficaram as palavras, às vezes malcriadas, pichadas nos tapumes do Tuca e apagadas toda noite por metódicos funcionários. Deles ficou o carinhoso refrão, que ainda soa em nossas cabeças: *O funcionário é meu amigo/Mexeu com ele, mexeu comigo.*

*Associação dos Funcionários
Administrativos da PUC-SP - AFAPUC*

Todas as propostas da Reitoria

A proposta inicial de professores e funcionários era o ICV-Dieese pleno, a partir de março, para as duas categorias. As várias propostas apresentadas pela Reitoria representaram, se comparadas com o ICV-Dieese, perda salarial para os trabalhadores. Nesta página, destacamos a evolução dessas propostas e quanto elas redundaram em perdas para cada uma das categorias.

10/3	4% a partir de março/03 ou 2,8% a partir de março e aplicação do ICV-Dieese a ser paga em fev/2004. PERDA ANUAL EQUIVALENTE A 155% DE UM SALÁRIO
13/3	RECOMPOSIÇÃO PELA MÉDIA ENTRE ICV E IPC-FIPE 4% em março/03 - 3,27 em setembro/03 e 7,4% em janeiro/04. PERDA ANUAL EQUIVALENTE A 115% DE UM SALÁRIO
19/03	A PARTIR DESTA NEGOCIAÇÃO, TODAS AS PROPOSTAS PREVÊEM RECOMPOSIÇÃO PELO ICV-DIEESE 4% em março/03 - 3,27% em setembro/03 e 8,4% em janeiro/04. PERDA ANUAL EQUIVALENTE A 112% DE UM SALÁRIO
24/03	4% em março/03 - 3,85% em setembro/03 e 7,8% em dezembro/03. Pagamento em duas parcelas: 70% no 5.º dia útil e 30% no 9.º dia útil. PERDA ANUAL EQUIVALENTE A 92% DE UM SALÁRIO
26/03	até R\$ 1.402 8% em março - 7,8% em dezembro de R\$ 1.403 a 3.000 5% em março - 2,86% em setembro e 7,8% em dezembro acima de R\$ 3.000 4% em março - 3,85% em setembro - 7,8% em dezembro Pagamento em duas parcelas : 70% no 5.º dia útil e 30% no dia 10 ou subsequente. PERDA SALARIAL EQUIVALENTE A 69%, 86% E 92% DE UM SALÁRIO PARA CADA FAIXA, RESPECTIVAMENTE

A partir daqui, a Reitoria passa a apresentar propostas diferenciadas para professores e funcionários

	Professores	Funcionários
28/3	4% em março - 3,85% em julho e 7,8% em dezembro Pagamento em duas parcelas: 75% no 5.º dia útil e 25% no dia 10. Perda salarial anual equivalente a 84% de um salário	Não foi apresentada nova proposta
31/3	PROPOSTA FINAL 4% em março - 3,85% em julho e 7,8% em setembro Pagamento integral no 5.º dia útil. PERDA ANUAL EQUIVALENTE A 63% DE UM SALÁRIO	Salários até R\$ 1.402 8% em março - 7,8% em setembro. Salários entre R\$ 1.403 e 3.000 5% em março - 2,86% em julho e 7,8% em setembro. Salários acima de R\$ 3.000 4% em março - 3,85% em julho e 7,8% em setembro PERDAS SALARIAIS: 46,8% PARA A 1.ª FAIXA, 59,12% PARA A 2.ª E 63% PARA A 3.ª
3/4		Salários até R\$3.000 8% em março e 7,8% em setembro Salários acima de R\$ 3.000 4% em março - 3,85% em julho e 7,8% em setembro. PERDAS SALARIAIS: 46,8% PARA A 1.ª FAIXA E 63% PARA A 2.ª
4/4		Salários até R\$ 1.402 ICV-Dieese pleno a partir de março. Salários acima de R\$ 1.402 4% em março - 3,85% em julho e 7,8% em setembro. PERDA SALARIAL PARA A FAIXA ACIMA DE R\$1.402 EQUIVALENTE A 63%.
7/4		Salários até R\$ 1.605 ICV-Dieese pleno a partir de março. Salários entre R\$ 1.605 e 3.000 8% em março e 7,8% em setembro. Salários acima de R\$ 3.000 4% em março - 3,85% em julho e 7,8% em setembro. PERDAS SALARIAIS PARA A 2.ª FAIXA 46,8% E PARA A 3.ª 63%

No dia-a-dia do movimento, a festa da democracia



JOÃO CARLOS PIRES

31/3

Na Prainha, funcionários velam o caixa do salário

EULINA DE SOUZA



17/3

Com apitos, cartazes e nariz de palhaço os funcionários desfilaram sua bem-humorada indignação pelos corredores da universidade

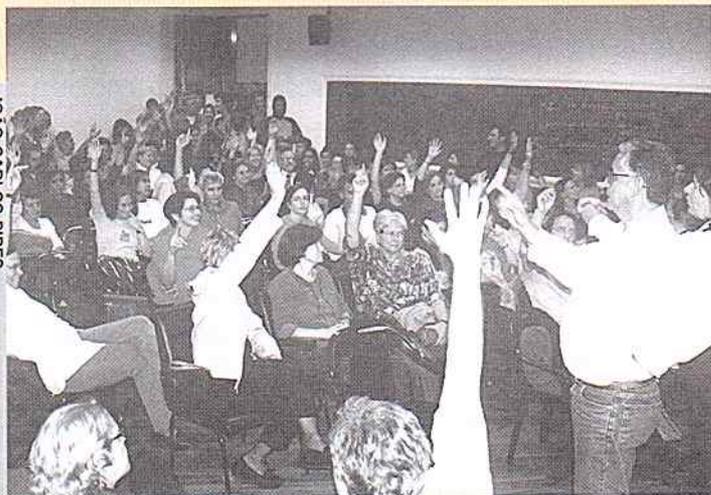
JOÃO CARLOS PIRES



31/3

Uma das muitas reuniões de negociação envolvendo professores, funcionários e a Reitoria

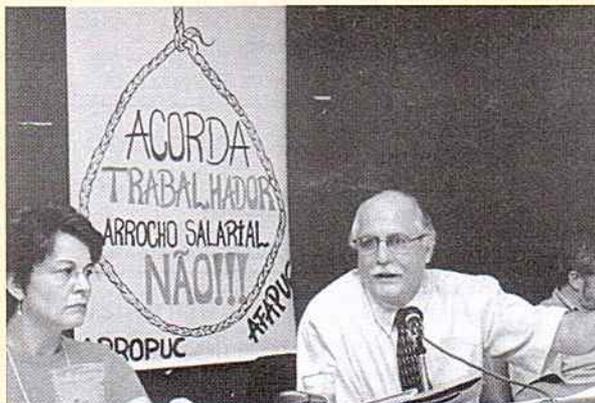
JOÃO CARLOS PIRES



24/3

Professores deliberam sobre os rumos de seu movimento

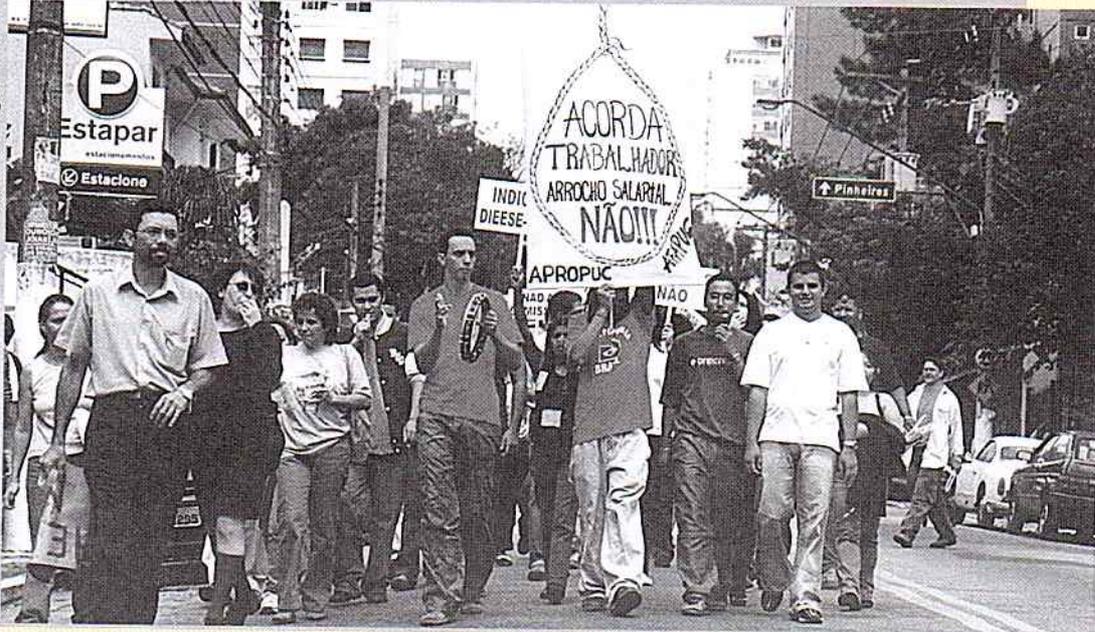
AUCIA PERS



17/3

O professor Antonio Carlos Ronca e os três vice-reitores comparecem a uma reunião aberta para explicar a crise à comunidade

JOÃO CARLOS PIRES



24/3

O movimento ganha as ruas



MAIRA SOARES

8/4

No final do movimento, funcionários e professores envolvem a PUC num abraço



JOÃO CARLOS PIRES

3/4

Estudantes manifestam seu apoio à greve dos funcionários



MAIRA SOARES

24/3

Nas placas, as palavras de ordem



31/3

Também em Sorocaba a democracia foi enterrada. No destaque, a diretoria da AFAPUC comanda mais uma assembléia, tendo à direita o presidente do Sindicato de Saúde de Sorocaba Milton Carlos Sanches.



2003
CAMPANHA
SALARIAL

Campanha conjunta impede arrocho salarial

A campanha salarial dos professores e funcionários da PUC-SP, este ano, precisa ser avaliada pelas categorias. Nesse sentido, o presente texto, elaborado com base em avaliações feitas por diretores da APROPUC, deve ser considerado como uma primeira versão, que, esperamos, venha a ser complementada e reescrita por todos os que queiram, livre e democraticamente, contribuir com essa avaliação.

Podemos dizer que a campanha começou no dia 21 de fevereiro, quando uma assembléia conjunta aprovou a reivindicação de recomposição salarial do último ano com base no índice integral do Dieese, de 16,42%, mais 2% de aumento a título de produtividade.

A primeira contraproposta da Reitoria, dia 10 de março, foi considerada como um ato de provocação, pois, diante de uma inflação acumulada de 16,42%, oferecia um reajuste de apenas 4% para professores e funcionários. Essa proposta representava uma perda mensal média de 11,94%, além de não recompor os salários para o próximo ano.

Ficou claro, também, já na primeira reunião de negociação, que a postura adotada pelos representantes da Reitoria indicava um caminho difícil a ser percorrido, tendo em vista as insistentes alegações sobre as dificuldades ("desequilíbrio") financeiras da universidade. Além disso, os professores de São Paulo, nos vários níveis de ensino, estavam enfrentando uma situação bem desfavorável, pois os sindicatos patronais das escolas ou se recusavam a negociar recomposição salarial ou ofereciam no máximo 5,5% de reajuste.

As assembléias conjuntas de professores e funcionários rejeitaram várias propostas seguidas e obrigaram a Reitoria a melhorar, pouco a pouco, cada proposta. A segunda admitia um reajuste de 14,8% (média de índices do Dieese e IPC/Fipe), com parcelamento até janeiro de 2004; a terceira admitia o índice do Dieese, mas ainda com parcelamento até janeiro de 2004; na quarta o parcelamento ficou até dezembro; e assim por diante, até que, na sétima proposta, os professores aceitaram o acordo, com o reajuste parcelado de 4% em março, 3,85% em julho e 7,8% em setembro.

O acordo dos professores, muito melhor do que a proposta inicial da Reitoria, ainda impõe uma perda salarial mensal média de 4,6%, mas, em compensação, recompõe os níveis salariais da categoria no mês de setembro, de tal forma a não acumular perdas para a campanha salarial de 2004.

No entendimento dos diretores da APROPUC, a realização da campanha dos professores em conjunto com a dos funcionários foi bastante positiva para os resultados alcançados. Difícilmente os professores teriam conquistado a proposta do acordo numa

campanha isolada, tendo em vista a desmobilização e o desinteresse demonstrados pela categoria no início do processo; e também, evidentemente, o poder de pressão das duas categorias aumenta muito quando atuam juntas.

A participação dos professores nas assembléias unitárias começou tímida demais, em torno de quinze a vinte pessoas, apesar de ampla divulgação das convocações. O número de participantes aumentou aos poucos e só ultrapassou a casa dos setenta quando o movimento decretou que se encontrava em estado de greve. O número de professores passou dos cem, nas últimas assembléias, graças também à "mobilização" feita por segmentos ligados à Reitoria, mais preocupados em impedir a deflagração de greve do que em conquistar um bom acordo salarial.

A postura da Reitoria e de determinados segmentos enraizados na estrutura administrativa revela a existência de um projeto mercantilista da Universidade, centrado, de um lado, na elitização através do aumento das mensalidades e, de outro, no arrocho salarial dos trabalhadores (professores e funcionários), com "economia" de recursos que ameaça, evidentemente, a qualidade do ensino e da pesquisa.

Vários professores e diretores da APROPUC chamaram a atenção para essa guinada mercantilista durante as assembléias da campanha salarial, já que muitas medidas adotadas na universidade seguem uma lógica não explicitada com transparência. Por isso, entendemos que o projeto da universidade precisa urgentemente ser amplamente debatido por toda a comunidade da PUC-SP.

Durante a campanha, a diretoria da APROPUC assumiu com seriedade o compromisso de defesa intransigente dos interesses dos professores, às vezes contra o imobilismo, especialmente no encaminhamento da luta conjunta com os funcionários, e conduziu as assembléias com total respeito à democracia e às decisões aprovadas pela categoria, mesmo quando defendeu – e foi derrotada – a posição de respeitar as decisões unitárias das duas categorias.

Do ponto de vista econômico, a campanha impediu que a Reitoria da PUC-SP impusesse um grande arrocho nos salários dos professores; do ponto de vista político, mostrou, de um lado, que a luta conjunta com os funcionários é um caminho a ser construído e, de outro, que precisamos aprofundar nosso conhecimento sobre o perfil do professorado da PUC-SP, hoje, e sobre o projeto da universidade que queremos e podemos conquistar. (Este texto foi escrito pelo professor Hamilton Octavio de Souza a partir de avaliações de diretores da APROPUC. São Paulo 10/04/2003).

Sensibilizados pelo movimento, alunos também se mobilizam

A mobilização de professores e funcionários em torno de suas causas teve grande repercussão também em meio aos estudantes. Diversas assembleias discutiram as reivindicações do movimento, a postura da Reitoria e as razões da greve dos funcionários, sempre manifestando apoio aos rumos adotados pelos trabalhadores. O Conselho dos Centros Acadêmicos (CCA) também discutiu intensamente o assunto em suas reuniões.

O apoio dos estudantes se fez presente, muitas vezes, nas próprias assembleias dos trabalhadores, com a presença de representantes dos alunos. De modo geral, as discussões entre eles entenderam as causas de professores e funcionários como sendo comuns à luta por melhores condições de trabalho e aprendizado e mensalidades justas.

Um texto do CCA divulgado em março concedia total apoio ao movimento, repudiando o modelo adotado pela gestão Ronca. O documento apontava para a união entre os três segmentos, para que esse modelo pudesse ser contestado com mais contundência. Mais tarde,

a greve dos funcionários também foi apoiada, sendo entendida como única alternativa frente ao modo como a Reitoria se portou durante a campanha salarial.

A "crise" alegada pela direção da universidade para não conceder a todos os funcionários e professores a recomposição imediata pelo ICV-Dieese apareceu, para os alunos, como nada mais do que a demonstração de que o modelo de financiamento da PUC-SP, calcado em mensalidades de exorbitantes, esgotou-se. Essa visão é compartilhada pelas diretorias das associações de funcionários e professores.

A campanha salarial acabou reavivando as discussões estudantis dentro da universidade. Em muito tempo, não se via tantas reuniões e assembleias serem realizadas num período tão curto. E a intenção dos que participaram dessas discussões é não deixar escapar esse fôlego, para que, em pouco tempo, reivindicações como melhores salas de aula e mensalidades justas possam ser transformadas em realidade.

Além do índice econômico, acordo envolve cláusulas sociais

Nesta campanha salarial, a reivindicação do índice econômico acompanhou três cláusulas sociais, referentes ao estacionamento do Prédio Novo, ao refeitório e à contratação de funcionários.

A primeira proposta encaminhada à Reitoria por professores e funcionários rejeitava completamente a contratação de funcionários através de agências, estabelecendo que todos eles deveriam ter contrato direto com a Fundação São Paulo. Os trabalhadores também reivindicaram que o refeitório deixasse de ser localizado na garagem da Rua Ministro Godói, entendendo serem as atuais instalações totalmente inadequadas para os usuários. Além disso, foi requerido o direito ao estacionamento dentro do câmpus Monte Alegre para professores e funcionários.

Eis a sua redação final das três cláusulas, depois do processo de negociação:

✓ não-renovação, pela Fundação São Paulo, de nenhum contrato de trabalho temporário feito através de agências de trabalho temporário. As atuais vagas serão preenchidas se for constatada a efetiva necessidade e através de avaliação e de processo seletivo;

✓ a partir do encerramento do contrato em vigor com a empresa que administra o estacionamento do Piso Ministro de Godói, prever o uso daquele espaço exclusivamente para funcionários e professores;

✓ adequação do ar condicionado, do aquecedor de refeições e instalação de coifa no refeitório do Piso Ministro de Godói, conforme recomendações da DRH.

2003
CAMPANHA
SALARIAL

A opinião de quem participou do movimento

Paulo Sérgio da Silva, funcionário do Lael "O movimento foi vitorioso. Conseguimos fazer com que várias pessoas, vários setores, saíssem da inércia, podendo fazer uma reflexão sobre si mesmos e sobre as categorias. Esse foi o maior ganho."

Pollyana Ferrari, professora do Depto. de Jornalismo "O pior foi a desunião entre professores e funcionários. Acho que nós, professores, estamos enfraquecidos como categoria. Mesmo o que foi conseguido por nós teve grande influência da mobilização dos funcionários. Além disso, os cenários eram muito distintos nas assembleias conjuntas e naquelas apenas de professores. Pareciam dois movimentos diferentes."

Antonio Chizzotti, professor do Pós em Educação "O que fizemos foi reunir os professores, ouvir suas posições e levar adiante as propostas do movimento. Para nós, o que foi conseguido foi o limite possível, um limite bastante generoso na atual conjuntura, em qualquer instituição."

Mariana P. Marques, aluna de História "O arrocho salarial de professores e funcionários passa pela mesma política de mensalidades implementada pela PUC. O movimento deveria ser mais radical e discutir o modelo e o estatuto da universidade, para contar com uma presença efetiva dos alunos. Acho que os professores foram incapazes de respeitar a soberania da assembleia conjunta que deliberou a greve."

Lúcio Flávio Rodrigues, professor do Depto. de Política "Esse movimento foi revelador da crise que envolve a universidade brasileira. A diretoria da APROPUC foi muito combativa, o que é ótimo. Mas ela e nós, simples associados, perdemos o hábito, estamos fora de forma. O avanço é que muitos de nós recuperamos a capacidade de nos reunirmos para discutir nossos problemas e nossas diferenças. Isso é ótimo, pois os desafios, inclusive acadêmicos, são imensos. Parabéns aos funcionários administrativos. Provaram mais uma vez que manter a chama acesa não depende de escolaridade formal."

Bernardete Maciel, funcionária do NTC "Vejo essa campanha salarial como um avanço financeiro e político. Financeiro porque, mesmo com o País nesta situação, conseguimos recompor nos-

soz salários pelo ICV-Dieese. Politicamente, esse movimento serviu para reacender a chama de luta dos funcionários. Foi a união que garantiu os resultados da campanha. Se todos os trabalhadores tivessem consciência de sua força, com certeza viveríamos numa sociedade justa."

"O movimento dos funcionários foi uma demonstração de que a democracia na PUC ainda está viva. Além da manutenção do princípio da recomposição a partir do ICV-Dieese, houve o mérito político de alertar para que não se deixe deteriorar as relações democráticas dentro da universidade, porque isso iria descaracterizar a PUC como instituição."

"O maior sucesso da mobilização foi conseguir reunir funcionários de todos os câmpus, lutando não só pela reivindicação salarial, como também pelas cláusulas sociais e pela democracia na universidade. A divisão do movimento foi natural, já que, mesmo com reivindicações comuns, as necessidades são diferentes, e por isso o parcelamento foi diferenciado."

"A falha foi a divisão do movimento. Apontei isso nas assembleias. Somos todos funcionários da PUC; uns administrativos, outros "didáticos", mas temos de seguir juntos. De qualquer maneira, estando o País numa situação apertada, conseguimos algo satisfatório. Em 2004, porém, temos de discutir a perda de 60% que os professores tiveram neste ano."

"O movimento dos funcionários foi fantástico em todos os sentidos, sempre muito firme e decidido em todas as suas proposições. Isso foi percebido pela mesa negociadora da Reitoria, que constatou que o movimento conseguiu atingir todos os câmpus da universidade. Essa constatação foi decisiva para que a greve terminasse como terminou. Estou muito orgulhoso de ter participado dessa contenda. 'A liberdade jamais será dada pelo opressor. Ela precisa ser conquistada pelos oprimidos' - Martin Luther King"

Eduardo Viveiros, funcionário da pós-graduação

Adriana Paes Landim, funcionária da DRH

Wladyr Nader, coordenador do curso de Jornalismo

Claudemir Custódio de Lima, funcionário do pós-graduação

PUCViva

EDIÇÃO DE GREVE N° 3-84/2035

EDIÇÃO
ESPECIAL
DE GREVE

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

CAMPANHA SALARIAL

Funcionários e Reitoria fecham acordo. E a greve termina

A assembleia dos funcionários administrativos realizada no dia 7/4 aprovou, por ampla maioria, a proposta que resultou de uma negociação entre o comando de greve e a Reitoria na manhã desta segunda-feira. Pelo acordo os funcionários que recebem até R\$ 1.605 terão seus salários reajustados em março pelo ICV-Dieese integral, ou seja, 16,42%, os demais funcionários terão acordos escalonados de acordo com a sua faixa salarial (veja tabela ao lado).

Pelo acordo cerca de 95% dos trabalhadores do Hospital Santa Lucinda, 80% da Faculdade de Medicina e 54% dos campi de São Paulo foram contemplados com o ICV integral, a principal reivindicação da categoria.

Ficou acertado também que nenhum trabalhador sofrerá qualquer tipo de punição pelo seu

A PROPOSTA APROVADA PELOS FUNCIONÁRIOS

Salários até R\$ 1.605
ICV Dieese integral a partir de março

Salários entre
R\$ 1.605 e R\$ 3.000

8% em março
7,8% em setembro

Salários acima de R\$ 3.000

4% em março
3,85% em julho
7,8% em setembro

envolvimento na greve e que não serão descontados os dias de paralisação.

O resultado final das negociações foi avaliado pela maioria dos

presentes como uma vitória política e econômica da categoria que viu preservada sua principal reivindicação num momento politicamente complicado para a maioria dos trabalhadores brasileiros.

Esta vitória deveu-se, antes de tudo, à mobilização dos funcionários que durante 13 dias permaneceram em greve, realizando manifestações em todos os campi, manifestando livremente suas opiniões em assembleias e negociações salariais, lutando pelos seus salários e por melhores condições de trabalho nesta universidade.

Ao final do movimento a assembleia aplaudiu de maneira entusiástica todos os funcionários que mais uma vez fizeram valer sua força e determinação para entrar num movimento e dele sair de maneira vitoriosa.

NÃO ESQUEÇA

ABRAÇO À PUC